

Memória e modernidade: o património como espelho das contradições setecentistas¹

Madalena Costa Lima

(CLEPUL/University of Lisbon; ARTIS-IHA/University of Lisbon)

Em todas as suas declinações e matizes, a cultura das Luzes fomentou um olhar novo sobre o passado. Naturalmente, a visão renovada do pretérito compreendia os seus vestígios materiais. O elogio da investigação histórica científica, devidamente fundamentada na documentação, atenta a fontes de tipologia variada e avessa ao argumento da autoridade, era efeito e sintoma dessa cultura. Como, aliás, o prestígio da historiografia produzida em conformidade com tais princípios, radicados no papel central que a mesma cultura atribuía à razão².

Ao valorizar a razão, a análise crítica e a abordagem perscrutadora do mundo, a cultura das Luzes exaltava também o presente, o progresso por ele conquistado e os respetivos frutos, o reformismo e a novidade. Se, por um lado, aquele aspeto, que sublinhava a importância, ou colocava sob exame atento as obras e os artefactos de tempos remotos, potenciava a afirmação da consciência patrimonial e, com ela, a salvaguarda do património; por outro, o aplauso da modernidade era favorável à novidade e, assim, promovia a obra nova.

A coincidência destas duas vias no Século das Luzes torna-o um palco privilegiado da tensão entre os valores de memória e os valores de atualidade, ou de contemporaneidade, dos monumentos³. Segue-se a observação de alguns testemunhos que abordam essas qualidades, entre si conflitantes, com a reflexão que o cotejo das fontes permite. E porque tais apreciações, reveladoras da sensibilidade patrimonial em Setecentos, se manifestam de maneira especialmente clara, vigorosa até, diante das preexistências arquitetónicas, onde a opção pelo novo tende a obliterar o antigo, é sobretudo a estas que dedico as linhas seguintes.

I.

O entusiasmo pela investigação histórica em Setecentos teve expressão eloquente na fundação da Academia Real da História Portuguesa, selada com o decreto régio de 8 de dezembro de 1720. Igualmente, manifestou-se numa dinâmica de

¹ Trabalho realizado no âmbito do projeto de investigação “Para a construção de um corpus pombalino: Parte I - Os Escritos Historiográficos Pombalinos”, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/HAR-HIS/32197/2017).

² Entre os estudos sobre o tema, ver, por exemplo, Serrão, Calafate e Brigola. Quanto às fontes, praticamente todas as publicações da Academia Real da História Portuguesa ou da Academia Real das Ciências de Lisboa o atestam.

³ O quadro de valores, espécie de axiologia dos monumentos, foi estabelecido por Riegl, na sua obra seminal para os estudos de património, *Der moderne Denkmalkultus*, em 1903; foi dado a conhecer sobretudo pela versão francesa de 1984, aperfeiçoada numa outra tradução, publicada em 2003. O sistema axiológico em apreço serviu de base a Choay, que muito o divulgou. Este sistema considera as propriedades dos monumentos distribuídas em duas grandes categorias: os valores de rememoração (ou de memória) e os valores de contemporaneidade (ou de atualidade); os primeiros compreendem o valor de rememoração intencional (ou valor comemorativo), o valor histórico e o de antiguidade; os últimos, o valor de uso (ou valor utilitário) e o valor artístico (ou valor de arte). Em conformidade, o monumento intencional (ou comemorativo) é aquele que foi realizado com o objetivo explícito de perpetuar a memória de um dado acontecimento; ao contrário, o monumento histórico é um monumento não-desejado, não-intencional, na medida em que remete para uma obra que foi criada, fundamentalmente, para responder a necessidades de ordem prática ou a ideais (por exemplo, a necessidade de habitação ou o ideal religioso). Esta abordagem tem orientado alguns dos meus trabalhos, nomeadamente Lima 2013.

produção historiográfica sem precedentes, sobretudo durante as duas primeiras décadas de vida daquela instituição, acompanhando o reinado de D. João V. A notoriedade do passado enquanto objeto de estudo, estima e interesse era então uma realidade firme. Inevitavelmente, a atenção para com as coisas da história beneficiou o olhar sobre os vestígios materiais centenários, passando estes a gozar de proteção legal, por via de uma determinação régia inusitada, precursora das propostas de conservação do património que singrariam entre nós a partir do Liberalismo, já no século XIX.

Foi a 13 de agosto de 1721 que D. João V informou oficialmente a Academia Real da História acerca da providência que mandava dar “para se conservarem os monumentos antigos”; a 14, comunicava essa medida à Mesa do Desembargo do Paço, através de um decreto que, no dia 20, foi publicado sob a forma juridicamente mais robusta de alvará⁴. No preâmbulo da lei, o rei explica que respondia com ela ao apelo do diretor e censores da academia, no sentido de proteger “um meio mui proprio e adequado, para verificar muitas noticias da veneravel antiguidade”: os “monumentos antigos”. O objeto da lei foi definido assim: “edificio, que mostre ser daquelles tempos [dos “Phenices, Gregos, Penos, Romanos, Godos e Arabios”], ainda que em parte esteja arruinado”; “estatuas, marmores e cippos, em que estiverem esculpidas algumas figuras, ou tiverem letreiros Phenices, Gregos, Romanos, Gothicos e Arabicos; ou laminas, ou chapas de qualquer metal, que contiverem os ditos letreiros, ou caracteres; como outrosi medalhas, ou moedas, que mostrarem ser daquelles tempos, nem dos inferiores até o reinado do Senhor Rei D. Sebastião”.

Embora de uma modernidade surpreendente para a história do património e da conservação, sobretudo pelo grau de consciência patrimonial que sugere, o diploma não parece ter tido o alcance que à partida podemos ser levados a crer. De facto, quando a leitura do alvará se faz acompanhar pela de textos historiográficos, ou de carácter historiográfico, seus contemporâneos, aquilo que verificamos é que era vigente uma atenção “patrimonial”, chamemos-lhe assim, quase exclusivamente votada a bens, em primeiro e destacadíssimo lugar, com inscrições, e a bens móveis, sobretudo de cronologias medievais recuadas e pré-medievais⁵. Os edifícios, entendidos na sua totalidade, ou melhor, entendidos enquanto bens imóveis, não parecem ter beneficiado da lei ou da atitude para com o património histórico que ela propõe, ou pelo menos insinua⁶.

Nas fontes, são praticamente inexistentes as menções ao decreto ou alvará de 1721. Para além de uns escassos encómios ao rei que fazem referência àquela sua

⁴ A comunicação do rei à academia e o respetivo decreto encontram-se em Silva: 311-312. O alvará conheceu diversas publicações, estando, evidentemente, na Coleção da Legislação Portuguesa, disponibilizada *on-line*, entre outros, no sítio que a Assembleia da República dedica à legislação régia: <http://legislacaoregia.parlamento.pt/> (acedido em 20 de agosto de 2020). Sobre o alvará, ver sobretudo a dissertação antes citada de João Carlos Brigola.

⁵ Veja-se a *Collecçam dos documentos, estatutos, e memorias da Academia Real da Historia Portugueza* e as muitas publicações dos académicos, nomeadamente, António Caetano de Sousa; veja-se ainda, por exemplo, *Historia de Santarem edificada*, de Piedade e Vasconcelos, ou *Corografia portugueza, Descripçam corografica do reyno de Portugal e Mappa de Portugal antigo e moderno*. Atente-se, também, ao facto de o vocábulo “monumento”, nos escritos do século XVIII e ainda no XIX, em grande parte das ocorrências, ser utilizado como sinónimo de documento, fonte escrita.

⁶ De resto, o alvará que a 4 de fevereiro de 1802 declara “suscitar a disposição do Alvará de Lei” de 1721, refere-se apenas a “Estatuas, Marmores, Cippos, Laminas, e outras peças de antiguidade, em que se achassem figuras, letreiros, ou caracteres”. Note-se, aliás, que a expressão “monumentos antigos”, que cunha a primeira lei, não surge na seguinte, como sequer “monumentos”.

medida⁷, todos devidos a filiados da academia da história, encontrei⁸ apenas uma alusão à (in)eficácia da lei, relativamente à salvaguarda de bens antigos. Ela data já de 1786 e está integrada num lamento sobre a destruição de património que remetia para os antigos romanos em território português, “ainda que o Senhor Rei D. João V tinha prevenido estas ruínas com hum decreto de 14 de Agosto de 1721”⁹.

De facto, se as publicações da agremiação ou dos seus membros aludem amiúde às moedas e medalhas centenárias que eram remetidas para a associação, a partir de várias partes do reino, a fim de serem conservadas e estudadas, elas denunciavam também atentados perpetrados contra alguns desses bens que a lei propunha proteger¹⁰. Neste sentido, relatou D. Manuel Caetano de Sousa, na sua conferência à academia, em 28 de junho de 1726: “Passey à Villa de Almada, e em companhia do nosso Academico o Excellentissimo Senhor Conde de Assumar, fuy ver a Igreja de Santiago, e nella nos queixámos dos estragos, que as obras novas vão fazendo nos monumentos antigos.”¹¹

Com efeito, foram várias as intervenções sobre preexistências que promoveram a destruição, a desvirtuação e o encobrimento de elementos centenários em edifícios vetustos, privilegiando a atualização estética dos espaços, o aspeto utilitário ou de uso do edificado, durante o governo de D. João V. Assim, no alvor da década de 1720 foram terminadas as obras de atualização, que é o mesmo que dizer “barroquização”, da fachada principal, gótica, da igreja do Mosteiro de Alcobaça, casa fundacional do reino que poucos anos antes recebera a visita do rei Magnânimo. A ele se deve, aliás, uma das mais importantes campanhas de modernização artística da Sé de Évora, igreja que “Padecia alguã falta de luz, que a fazia melencolica, defeyto ordinario das Bazilicas antigas [...], mas abrindolhe novas janelas pella parte do Nacente, ficou com o remedio do defeyto convertida em parayzo: tambem lhe achavaõ algum na forma da Capella mor [...] que durou até o anno de 1721. em que a Magestade del Rey D. João V. à petição do Cabido [...] mandou fazer a nova em tudo regia, e Pontificia.”¹² Igualmente, nas décadas iniciais do século, em especial nos anos de 1720 e de 1730, campanhas de modernização estética da Sé do Porto operam alterações profundas da aparência do imóvel. Também por então, em 1725, no primeiro convento dos Carmelitas no reino, em Moura, as abóbadas góticas, com outros aspetos primitivos do templo, foram destruídas, por iniciativa do seu prior, que, “querendo nella renovar tudo aquillo, que com o tempo de achava envelhecido, entrou no projecto de a pór em forma regular, por meyo de huma architectura perfeita”¹³, isto é, moderna, conforme registou, em palavras elogiosas, o cronista da ordem, cerca de duas décadas depois.

O gosto arquitetónico ou artístico vigente, as alterações nas práticas litúrgicas e outros requisitos para um uso mais conveniente do espaço, justificavam o derrube de obras seculares, que, mesmo quando merecedoras de estima, eram facilmente esquecidas e superadas pelas construções novas. Como se lê no *Mappa de Portugal* de 1747, “Seria objecto de compaixão ver aqui demolir as sagradas fabricas do Templos antigos, em que a mesma antiguidade do desenho recommendava respeito, se depois

⁷ Cumpre destacar a “Introdução panegyrica na conferencia publica” que foi celebrada no Paço, na presença do monarca, recitada por D. Manuel Caetano de Sousa, diretor da academia. Ver Academia Real da História Portuguesa 1726.

⁸ Remeto aqui para as fontes que listei na minha tese de doutoramento, atrás citada.

⁹ Salgado: 143.

¹⁰ Veja-se, por exemplo, Argote, T. 2: 463, 643.

¹¹ Na supracitada *Collecção dos documentos, e memorias da Academia Real da Historia Portugueza*.

¹² Fonseca: 215.

¹³ Santana, Vol. I: 145.

naõ vissemos das mesmas ruínas resuscitar outras de novo com tão melhorada idéia, e gosto de architectura”¹⁴.

A afirmação manteve-se na edição revista e aumentada pelo autor após o grande terramoto. Em conformidade, os escritos contemporâneos da catástrofe de 1755, relatando as consequências daquela na paisagem edificada do país, dão mostras do domínio dessa atitude perante as construções antigas. É clara a passagem da memória paroquial de Alcobaça que aponta os danos sofridos pela sacristia manuelina do mosteiro, indicando que “se anda fazendo na mesma parte outra de novo que pello seu risco, primor e manufactura excederá a aruinada”¹⁵. É também expressiva a memória paroquial de Ourém na referência ao templo da colegiada, “obra antiga de primorosa, e polida fabrica”, muito elogiada e com a história da sua origem destacada no relato: lamenta-se a destruição causada pelo terramoto, mas logo se rejubila com o “reparo” que irá pôr a igreja “no seu primeiro estado [isto é, como nova], e melhor, por agora se fazer a moderna”¹⁶.

A ideia dominante de que um imóvel deve primeiramente satisfazer as necessidades materiais ou espirituais dos seus contemporâneos foi certamente importante para a tomada de decisão de eliminar marcas medievais significativas na Basílica de Santa Maria Maior, ou Sé de Lisboa, após o terramoto, e de edificar no seu lugar estruturas em conformidade com a linguagem estética e com os hábitos de vivência religiosa em vigor¹⁷. Assim, a abóbada de berço medieval e a capela-mor gótica do templo, que haviam resistido sem danos maiores ao desastre de 1755¹⁸, foram substituídas por uma abóbada de madeira com acabamentos em estuque, pontuada por grandes vãos, e por uma capela-mor barrocas, nas obras que foram executadas entre os últimos anos da década de 1760 e o final da década de 1770, conferindo ao espaço um ambiente de luz e brilhos muito diverso daquele que os elementos vetustos ajudavam a definir.

O pragmatismo, a noção de utilitarismo, o conceito de utilidade pública tão caros ao espírito das Luzes, nomeadamente àquele que foi um dos cultores mais destacados da mundividência do Iluminismo em Portugal, Sebastião José de Carvalho e Melo, coadunam-se com tais atitudes. De resto, esses princípios das Luzes nortearam os projetos de reconstrução de Lisboa a seguir ao grande terramoto, regulando a empresa que deu forma à cidade dita pombalina¹⁹; ditaram também a entrega das ruínas e terrenos do Castelo de Coimbra para a construção do Observatório da universidade estrondosamente reformada por Pombal²⁰.

¹⁴ Castro, T. II: 16 e 17. Na primeira edição, pela oficina de Miguel Manescal da Costa, em 1747, o excerto está na página 30.

¹⁵ ANTT, *Memórias paroquiais*, vol. II, n.º 5, fl. 38. As Memórias Paroquiais, que perfazem 44 volumes manuscritos conservados na Torre Tombo, vêm sendo publicadas, com diversas chancelas e sob a direção de vários autores; algumas estão também disponíveis *on-line*, em diversos sítios, nomeadamente <http://portugal1758.di.uevora.pt>.

¹⁶ ANTT, *Memórias paroquiais*, vol. XXXVI; n.º 51, fls. 397 e 405.

¹⁷ O caso foi primeiro sublinhado em Neto: 151-158.

¹⁸ A célebre gravura de Le Bas que exhibe o edifício quase inteiramente arruinado é portanto fantasiosa, como comprovam diversas fontes contemporâneas dos acontecimentos, em especial o diário de viagem de Thomas Pitt, que aí descreveu e registou em desenhos o templo por ocasião da sua visita ao mesmo em 1760. Ver as referências indicadas na nota acima.

¹⁹ Da abundante bibliografia sobre o tema, destacamos: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (setembro 2004: 21). Araújo 2007, Buesco 2006. E entre as fontes, Sacramento.

²⁰ Carta regia de 11 outubro 1772, “dirigida ao illustrissimo, e excellentissimo senhor Marques de Pombal [...] na nova fundação da Universidade de Coimbra; para a Divião, e Applicação do Edifício, que servio de Collegio aos proscriptos Jesuitas nesta Cidade, a beneficio della, da Sé Cathedral, da mesma

Como se conciliou isto com a preocupação de mandar apear a torre do Mosteiro de Nossa Senhora da Pena, em Sintra, que ameaçava ruína, apenas para proteger “o antigo, e distincto retabolo de pedra da Capella-mor da Igreja do mesmo Mosteyro, que deve ser concervado, e resguardado como hum monumento da memoria do seu fundador”²¹, conforme se lê no aviso de 29 de maio de 1773 assinado pelo futuro Marquês de Pombal, fazendo saber da vontade do rei? Afinal, esta é a definição de monumento histórico mais antiga encontrada na documentação portuguesa até ao dia de hoje²². Ao exigir-se a conservação de um bem com a referência exclusiva à capacidade rememorativa (não intencional) da obra, um bem que era de culto, esculpido com grande mestria e em primoroso alabastro, estava-se a assumir como prioritário o valor histórico da peça.

II.

De facto, aqueloutra atitude generalizada, que dava primazia aos valores de contemporaneidade, ou de atualidade, das construções, mesmo quando o objeto que estava em causa era centenário e de vulto, conheceu exceções no Portugal de Setecentos. Ao longo do século XVIII, somaram-se indícios de que uma outra perceção de património estava a emergir, essa que a declaração do Marquês de Pombal, em nome de D. José, selou, reconhecendo inequivocamente a valia histórica de uma dada obra e assumindo a qualidade de memória em apreço como uma noção verdadeiramente operativa, com consequências efetivas na abordagem ao construído.

As intervenções arquitetónicas que indicam ter havido respeito por linguagens artísticas em desuso, senão mesmo desprezadas, no universo estético das Luzes – barroco e (neo)clássico –, são vestígios maiores dessa novidade conceptual e cultural. É exemplar a decisão que o cabido da Sé de Lamego tomou, aquando da profunda reformulação do templo na década de 1730, no sentido de preservar a fachada principal medieval da construção. A intenção de modernizar o primeiro edifício de culto da cidade foi assumida, logo à partida, com a contratação dos principais artífices da renovação estética que decorria na Catedral do Porto desde perto do final dos anos 1710, Miguel Francisco da Silva, António Pereira e Nicolau Nasoni²³.

A empresa promovida pelo cabido em Lamego conferiu ao templo uma nave e capela-mor totalmente novas, com um figurino estilístico orgulhosamente barroco, conforme ao que era praticado em Portugal à data. Todavia, o frontispício antigo, com uma “corioza fabrica de notaveis columnas, com immencidades de pyramedes, admiraveis arcos, miudas figuras, e bem lavrados frizos”, “o não lançaraõ abayxo; e concervando sua antiga memoria, fica servindo de frontespicio à nova Sé”, conforme sublinhou o vigário local em 1758²⁴. Foi, portanto, o valor de memória histórica reconhecido na obra que determinou a sua preservação.

Universidade, e das prouvincias do Reyno: E para applocaçõ do Castello da Cidade ao Obsertatório Astronomico.”

²¹ O aviso encontra-se em ANTT, IOP, liv. 1, fls. 54v-55; e também em AHMOPTC, Ministério do Reino, *Registo de decretos, alvarás, e consultas e ordens outros documentos respeitantes à Junta do Comércio (1770-1775)*, fls. 222-222v: referi-o em diversos trabalhos e na minha dissertação, já citada.

²² A expressão “monumento histórico” teve pouca fortuna entre nós antes do Liberalismo pleno. Em bom rigor, o primeiro registo da locução em contexto português data de 1814, quando foi escrita pelo então conde de Palmela, em língua francesa, na argumentação que visava a restituição da Bíblia dos Jerónimos, em Paris, a Portugal, alegando o diplomata que se tratava de *un monument national et historique pour le Portugal*.

²³ Brandão, Ferreira-Alves.

²⁴ ANTT, Memórias paroquiais, vol. XIX, n.º 42, p. 261.

Parece-me que apenas esta qualidade rememorativa pode justificar a manutenção de uma fachada tardo-gótica ou manuelina, com o seu portal exuberante, na Igreja de Nossa Senhora da Conceição Velha integrada na austera, abstrata e geométrica correnteza de edifícios que perfazem a Baixa da cidade nova pombalina, de que destoa notavelmente²⁵. A preexistência em apreço era um elemento fundamental do templo sede da Misericórdia de Lisboa, refundado como Nossa Senhora da Conceição Velha, na reconstrução da cidade após o grande terramoto e na sequência da transferência da destacada e secular confraria para a igreja dos proscritos Jesuítas, ao Bairro Alto.

A conversão do edifício foi levada a cabo em 1770, sob a direção do arquiteto-geral da cidade Francisco António Ferreira Cangalhas, com a assistência de Honorato José Correia. A empreitada assumiu aquele elemento vetusto, apondo-lhe um frontão clássico com um óculo vazado no tímpano, singelas marcas construtivas que reposicionavam o edifício no tempo histórico da intervenção mas que em nada alteravam o carácter extravagante, de exceção, da fachada do imóvel no perímetro dos depurados quarteirões ou prospetos pombalinos, onde os templos existentes foram reedificados com frontispícios barrocos de pendor clássico, conforme o modo arquitetónico e artístico da época na capital que se recompunha da catástrofe de 1755 ainda duas décadas depois de sobrevinda.

O respeito pelas preexistências medievais, ou formas (tardo)góticas, contrariando tudo o que o gosto vigente e o espírito pragmático da época recomendavam, ressalta do esforço de reconstrução da igreja do Convento do Carmo de Lisboa nessa linguagem arquitetónica de arco apontado que remetia para a fundação, ou mais concretamente, para o fundador ilustre do cenóbio, D. Nuno Álvares Pereira²⁶. Na resposta ao desmoronamento causado pelo grande sismo, os Carmelitas optaram por uma reconstrução tecnicamente difícil, num estilo²⁷ sem tratados nem manuais, mal conhecido e malquisto, que consumiu recursos substanciais à comunidade durante décadas, sem nunca chegar a bom porto²⁸. A insistência numa intervenção com este perfil só poderia sustentar-se na vontade de manter viva a memória da honrosa fundação do cenóbio e de os promotores da obra reconhecerem nas formas originais do templo a capacidade de evocar a história.

A identidade do convento dos Carmelitas de Lisboa estava profundamente associada ao seu nobre fundador e à configuração arquitetónica que ele havia dado à casa. Eram as feições góticas do edifício fundacional que definiam, ou caracterizavam, o convento; eram elas que assinalavam indelevelmente a ligação do instituto ao santo condestável. Portanto, eram essas formas a que se atribuía valor de memória histórica que nobilitavam a casa do Carmo de Lisboa. Quando a tentativa de reedificá-la ainda estava em curso, publicava-se, na *Historia geral de Portugal* de Lemos Faria e Castro, o seguinte atestado de monumento histórico ao convento, com o do seu contemporâneo

²⁵ Abordo a questão na minha dissertação já citada: 136-137. Sobre esta e outras igrejas da Baixa após o terramoto, ver Silva.

²⁶ Desenvolvi este aspeto em diversas ocasiões, nomeadamente na tese de doutoramento e na comunicação “A intervenção arquitetónica no Convento do Carmo de Lisboa no pós-terramoto de 1755 à luz da consciência patrimonial da época: prenúncio neogótico ou epígono barroco?”, proferida no Museu Arqueológico do Carmo, no dia 20 de julho de 2017. Conforme então demonstrei, as biografias de D. Nuno Álvares Pereira publicadas nos anos 1740, da autoria de frei António de Escobar e de frei Domingos Teixeira, bem como a crónica dos Carmelitas, livros noticiados pela Gazeta de Lisboa em diversas ocasiões, perto de meados de Setecentos, confundem ou entrelaçam a vida do santo condestável com a edificação do Convento do Carmo de Lisboa e até com a história desta ordem que ele engrandeceu em Portugal, como se uma redundasse na outra.

²⁷ Lima (no prelo).

²⁸ Ver Pereira.

batalhense: “Dous Padrões magníficos, [a Batalha e o Carmo de Lisboa,] que conservaõ immortal a memoria da gloriosa batalha de Aljubarrota, e dos dous Heróes, Autores da nossa liberdade, o Rei D. Joaõ I. e o seu Condestavel D. Nuno Alvares Pereira”²⁹.

A estes indicadores da consciência patrimonial que começava a ganhar espaço entre nós no século XVIII, e que, na escolha do velho em lugar do novo, assinalam a dimensão rememorativa das preexistências, é possível juntar a intervenção feita na Ermida de Nossa Senhora das Salas, ou Capela das Salvas, em Sines, após o terramoto. Diante dos estragos infligidos pelo sismo, a comunidade local hesitou entre levar a cabo uma reparação que renovasse o aspeto do templo, anulando marcas importantes da sua vetustez, ou uma intervenção que, pelo contrário, respeitasse partes centenárias do imóvel e que remetiam para a história da fundação pelo célebre navegador e filho da terra Vasco da Gama³⁰. A opção escolhida foi esta última, com a reconstrução do tramo ruído da abóbada a reproduzir fielmente as estruturas primitivas, e a preservação do portal e colunas torsas originais, na fachada principal, a salientar a cronologia antiga e ilustre do templo, invocada pelas lápides quinhentistas de função rememorativa explícita que ladeiam esses elementos tardo-góticos e atestam o papel fundador de Gama. Os elementos centenários foram conjugados com marcas de expressão artística hodierna, que não anulam mas antes assinalam a dimensão simbólica e de memória histórica das preexistências conservadas.

A noção de monumento histórico que aqui facilmente se infere terá ditado a reparação em estilo gótico das partes que foram consertadas na Capela do Fundador do Mosteiro da Batalha em sequência do terramoto, contando para tal com o patrocínio do rei D. José³¹. O mesmo parece ter sucedido, em parte, na igreja dos Jerónimos, em Lisboa, para a qual o monarca, através do seu ministro futuro Marquês de Pombal, em 1758, mandou vir do pinhal de Leiria perto de 8500 metros de tábuas, “necessarias com maior brevidade para os andames, que hao de servir no reparo das abobadas da Igreja do Mosteiro de Belem”, e também para as cambotas a montar na mesma operação³².

No ano anterior, os frades reunidos em capítulo registaram a urgência de “acodir á reedificasam da sua Jgreja”, mas apenas em abril de 1769, em outra assembleia capitular, determinaram avançar com a obra, cujos custos a congregação tinha dificuldade em suportar³³. De facto, “para se reedificar [o abobadamento da igreja], afirmavão os architectos, erão necessarios duzentos mil cruzados; porém hum religioso daquela orde[m] de S. Jeronymo, muito curioso, tomou o risco e direcção por sua conta, e o reedifficou com muita facilidade”, conforme informa um contemporâneo da intervenção³⁴. As obras terão sido executadas durante os primeiros anos da década de

²⁹ Castro: 361.

³⁰ A hesitação foi declarada em 1758, em resposta ao interrogatório que foi enviado pelo ministro Carvalho e Melo a todos os párocos do reino: ANTT, *Memórias paroquiais*, vol. XXXV, n.º 177, fl. 1323. Novamente, na minha tese de doutoramento, refleti sobre a intervenção em apreço.

³¹ Murphy e Neto.

³² AHMOPTC, Ministério do Reino, *Registo de decretos, alvarás e consultas, e ordens e outros documentos respeitantes à junta do Comércio (1757-1760)*, fls. 53v-54; documentação trabalhada na minha citada dissertação. Comprovei ter havido uma intervenção significativa nas abóbadas, ou em parte das abóbadas, da igreja dos Jerónimos, na sequência do terramoto de 1755, com a minha investigação de doutoramento; sobre ela me debrucei em diversos trabalhos, nomeadamente a já muito mencionada tese, 137-145.

³³ AHPL, Manuscrito 416, *Livro das atas capitulares da Congregação de São Jerónimo*, fls. 23, 26v. A documentação das reuniões capitulares que agora cito é inédita.

³⁴ Sacramento, 62.

1770, havendo registo de que em 1773 o “Padre frei Francisco de Xavier monge da mesma Religião [de S. Jerónimo] tem corrido com a obra do Mosteiro de Belém”³⁵.

Ainda que, em bom rigor, não seja possível indicar quais foram os tramos ou os trechos da estrutura de cobertura da igreja que sofreram os reparos em apreço, um exame visual atento às abóbadas do edifício insinua que houve a intenção de respeitar a linguagem primitiva original, ou fundacional, do templo, isto é, tardo-gótica e manuelina. O facto de as menções então feitas ao mosteiro demonstrarem, quase sempre, a componente histórica forte que o imóvel tinha, associada ao rei fundador e ao êxito da empresa marítima portuguesa³⁶, fortalecem o argumento de que o aspeto rememorativo do construído terá sido decisivo no tipo de intervenção que foi levada a cabo, dando prioridade ao antigo sobre o novo.

III.

A sensibilidade iluminista, ou mais precisamente a razão iluminista, que recomendava a apreciação dos objetos com qualidades de memória e valor histórico, teve na vida pública de D. Frei Manuel do Cenáculo, presidente da Real Mesa Censória, confessor do príncipe herdeiro D. José, bispo de Beja a partir de 1770 e depois arcebispo de Évora, um testemunho expressivo³⁷. No seu labor infatigável de pesquisa, nomeadamente arqueológica, bateu-se sempre pela salvaguarda das “memórias pisadas pelos ignorantes, ou dormentes”³⁸.

No tempo em que era prelado na diocese de Beja, fez saber da sua indignação ao governador do Alentejo por estarem a ser retiradas pedras do castelo, caídas no recinto da fortificação: “constando-me da couza, imediatamente determinei que no Castello se não tocasse, e assim se tem observado”³⁹. Embora a construção centenária e arruinada fosse já inútil como objeto militar, não servisse qualquer propósito utilitarista, quer do ponto de vista defensivo quer do ponto de vista civil, não concorrendo, assim, para a “felicidade dos povos” tão propalada pelos governos das Luzes, os vestígios deveriam ser preservados: o valor de memória histórica que lhes era atribuído a isso obrigava. Nas palavras de Cenáculo ao governador: “o Castello he nada: os muros são de pedra sobresposta sem liga que preste. [...] nem para espancar os Mouros de então hoje delle se serviria”, todavia, constatando-se estar-se em presença de um monumento histórico, “fique este esqueleto que excite a memoria do que passou por elle quando era alguma couza para seos dias”⁴⁰. O pragmatismo e sentido utilitarista das Luzes deveria ceder, portanto, às qualidades de memória, à partida desfavorecidas por aqueles tópicos do Iluminismo.

A desconsideração por objetos com propriedades de memória histórica, que, para D. Manuel do Cenáculo, era própria de gente ignorante e entorpecida, muito

³⁵ AHMOPTC, Ministério do Reino, *Registo de decretos, alvarás e consultas, e ordens e outros documentos respeitantes à junta do Comércio (1770-1775)*, fls. 222-222v. ANTT, Intendência das Obras Públicas, liv. 1, fls. 54v-55.

³⁶ Por exemplo, Rita, T. 1: 161, 342. T. 8: 182, 190.

³⁷ Além das muitas centenas de cartas que este célebre colecionador, investigador e homem das Luzes trocou (ver, por exemplo, o trabalho atrás referido de João Carlos Brigola; e Vaz), a sua obra escrita mais eloquente, no que respeita ao ponto aqui em apreço, é *Sisenando mártir e Beja sua patria*, manuscrito de 1800 que foi publicado no *Arquivo de Beja*, entre 1946 e 1949. Ver ainda o elogio histórico feito por Trigo de Aragão Morato, integrado nas memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa de 1815.

³⁸ Cenáculo, 445.

³⁹ O documento “Do que há acontecido a respeito da muralha antiga da famosa Cidade de Beja de dois annos a esta parte desde Maio de 1790”, na BPE, cód. CXXVIII 2-10, foi por mim explorado na dissertação indicada. Antes, fora parcialmente transcrito por Monteiro.

⁴⁰ Excertos retirados do documento referido na nota supra.

escandalizou o seu contemporâneo bispo do Algarve D. Francisco Gomes do Avelar, também ele um agente da cultura das Luzes no Portugal de então⁴¹. Em 1789, recém-empossado bispo, D. Francisco intentou a sua primeira visita pastoral à antiga sede do bispado algarvio, Silves, onde examinou a vetusta catedral da diocese. A deturpação do carácter primitivo do edifício por sucessivas intervenções, designadamente no sentido de modernizar alguns elementos do templo, motivou-o a escrever, indignado, sobre “o estado do Edifício d’esta antiga Sé”⁴².

Tornar-se-ia célebre esse seu parecer registado no livro das visitas pastorais da primitiva sé, por denotar uma sensibilidade estética e patrimonial aprimoradas, inusuais ao tempo. Nas palavras do bispo, fora “a ignorância imprudente”, uma “barbara imprudência”, que autorizara a perpretação de atentados de cunho moderno no edifício centenário, “muito venerável pela sua antiguidade, e por terem n’elle florecido, e ahi trabalhado um grande numero de virtuosos prelados nossos predecessores, e ter servido por algum tempo de sepultura ao Senhor Rei D. João segundo”⁴³. Tal como em Cenáculo, nos escritos de Gomes do Avelar, é de falta de Luzes, ou de esclarecimento e razão, que se acusa aqueles que acometeram contra o património com valia histórica, residindo esta na configuração antiga ou em estilo antigo do imóvel.

É uma atitude profundamente instruída, erudita e sensível às preexistências que está patente nas diversas iniciativas de recuperação do património de que o prelado foi o principal promotor⁴⁴, contando quase sempre, para o efeito, com o arquiteto que mandara vir de Itália, em 1790, com a missão de o ajudar na reconstrução da diocese, ainda a braços com as ruínas deixadas pelo grande sismo, Francisco Xavier Fabri. Das intervenções na igreja de Santa Maria do Castelo em Tavira, na paroquial de Cacela Velha ou na Sé de Faro, ressalta a prioridade dada às preexistências, escrupulosamente articuladas com a obra nova, inevitável no ato de recuperação do edificado, obra neoclássica que atestava a contemporaneidade das intervenções e que valorizou sempre os elementos preexistentes e com qualidades rememorativas nas construções.

Na frase síntese do historiador de arte José Eduardo Horta Correia, deste “primado do restauro sobre a construção e da reconstrução sobre a edificação ‘ex-novo’”, conclui-se a “atitude conservacionista” de D. Francisco⁴⁵, bispo para quem a modernidade conquistada pela cultura das Luzes, cultura que se fez sentir em múltiplos campos de ação do prelado, determinou o reconhecimento efetivo do valor do património e, em coerência, a sua conservação, subordinando os impulsos do pragmatismo utilitarista da época.

D. Francisco Gomes do Avelar conciliou rara e notavelmente as duas “faces da moeda” da cultura das Luzes que foram expostas ao longo das páginas deste estudo. Nelas se procurou entender em que medida o interesse pela história, enquanto área de conhecimento, campo de trabalho da crítica fomentada pela razão que tudo iluminava e que promoveu os vestígios materiais do passado à condição de documentos, potenciou a consciência patrimonial, colidindo com a apologia do progresso e do pragmatismo utilitarista que caracterizaram a mesmíssima época. Procurou-se, também, refletir no modo como esta contradição foi harmonizada, em especial diante de preexistências arquitetónicas, destacadas quer pelo carácter de uso e funcionalidade que subjaz às obras de arquitetura, quer pelas potencialidades de memória que estas possuem.

⁴¹ Correia.

⁴² *Apud* Oliveira.

⁴³ *Idem, ibidem*.

⁴⁴ Além do artigo de José Eduardo Horta Correia atrás referido, ver Neto.

⁴⁵ Correia, 96.

À medida que avançámos no século, verificámos que o reconhecimento pelas qualidades rememorativas do edificado foi emergindo, vindo a ser inequivocamente afirmado a partir de perto do último quartel de Setecentos, possivelmente estimulado pela reflexão que as ruínas causadas pelo grande terramoto e pelos desafios da reconstrução de parte significativa do reino colocaram. Vimos assim surgir uma consciência patrimonial nova, sensível ao poder evocativo do património antigo. Justificada ainda pela razão, máxima das Luzes, que soube fazer prevalecer pontualmente a proteção de marcas ou preexistências centenárias, ela abriu a porta ao apelo afetivo e, portanto, sentimental que os elementos vetustos podem fazer despontar no seu observador. Consequentemente, desta consciência patrimonial nova, podemos dizer que é tanto das Luzes quanto já romântica – *avant la lettre*, naturalmente –, pelo que ela não poderia deixar de conter em si a tensão ou a contradição inevitáveis entre a estima pelos valores de contemporaneidade e o respeito pelos valores de rememoração dos bens legados pelos séculos.

Obras citadas

- Academia Real da História Portuguesa. *Collecçam dos documentos, estatutos, e memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1721-1736.
- Academia Real das Ciências de Lisboa. *Memorias economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da industria em Portugal, e suas conquistas*. Lisboa: Na officina da Academia Real das Sciencias, 1789-1815.
- . *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Na Typografia da Academia, 1797.
- Araújo, A.C. *A cultura das Luzes em Portugal. Temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- . *et al.* (eds.). *Impactos históricos*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.
- Brigola, J.C.P. *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003.
- Buesco, H.C. e Cordeiro, G. (eds.). *O grande terramoto de Lisboa: ficar diferente*. Lisboa: Gradiva, 2005.
- Calafate, P. (ed.). *História do pensamento filosófico português*. Vol. III. Lisboa: Caminho, 2001.
- Castro, J.B. *Mappa de Portugal antigo, e moderno*. Lisboa: Na officina de Francisco Luiz Ameno, 1745-1758.
- Cenáculo, M. “Sisenando mártir e Beja sua patria”. *Arquivo de Beja*. VI (1946): 445.
- Choay, F. *A alegoria do património*. Lisboa: Edições 70, 2006.
- Correia, J.E.H. “O significado do mecenato do bispo do Algarve D. Francisco Gomes do Avelar”. *Anais do município de Faro*. XXVI (1996): 85-118.
- Costa, A.C. *Corografia portugueza e descripçan topografica do famoso reyno de Portugal*. Lisboa: Na officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712.
- Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. *Monumentos. Revista semestral de edifícios e monumentos*. Número 21, setembro de 2004.
- Fonseca, F. *Evora gloriosa: epilogo dos quatro tomos da «Evora illustrada» que compoz o R.P. Manuel Fialho*. Roma: Na Officina Komarekiana, 1728.
- França, J.A. *Lisboa pombalina e o iluminismo*. (3.^a ed.). Venda Nova: Bertrand, 1983.
- . *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina*. (3.^a ed.). Venda Nova: Bertrand 1989.
- Gomes, P.V. *A cultura arquitectónica e artística em Portugal no séc. XVIII*. Lisboa: Caminho, 1992.
- . *A confissão de Cyrillo*. Lisboa: Hiena Editora, 1992.
- Lima, M.M.G.C. *Conceitos e atitudes de intervenção arquitetónica em Portugal (1755-1834)*. Tese de Doutoramento em História, especialidade Arte, Património e Restauro. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2013.
- . “A receção da arquitetura (tardo-)gótica no Portugal de Setecentos e no ocaso do Antigo Regime”. *Atas do III Congresso internacional do tardo-gótico: Da traça à edificação: a arquitetura dos séculos XV e XVI em Portugal e na Europa*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 20-22 novembro 2017. 99-116 (no prelo).
- Monteiro, P.A.R. *Noções de “património” na correspondência do Bispo de Beja, D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas (1724-1814)*. Trabalho apresentado no

- seminário de Ciência e consciência do património, no curso de Doutoramento em História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009.
- Murphy, J. Neto, M.J. *Arquitectura gótica. Desenhos do Mosteiro da Batalha*. Lisboa: Alêtheia, 2008.
- Neto, M.J.B. “Uma cultura de restauro Iluminista: a acção do bispo do Algarve Dom Francisco Gomes do Avelar”. *Espírito e poder. A cidade nos tempos da modernidade*. Tavira: Museu da Cidade – Palácio da Galeria, 2006. 122-131.
- Oliveira, F.X.A. *Biografia de D. Francisco Gomes do Avelar arcebispo do Algarve*. Porto: Typographia Universal (a Vapor), 1902.
- Riegl, A. *Le culte moderne des monuments. Son essence et sa genèse*. (Trad. e pref. Jacques Boulet). Paris: L’Harmattan, 2003.
- . *Le culte moderne des monuments. Son essence et sa genèse*. (Trad. Daniel Wiczorek e pref. Françoise Choay). Paris: Éditions du Seuil, 1984.
- Rodrigues, P.S. “O terramoto e a génese da consciência de património em Portugal”. *Catástrofe, memória e arte: 1755/Colóquio ACT 14*. Lisboa: Colibri/Centro de Estudos Comparatistas, 2006. 247-254.
- Rossa, W. *Além da Baixa: indício de planeamento urbano na Lisboa setecentista*. Lisboa: Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, 1998.
- . “Dissertação sobre reforma e renovação na cultura do território pombalino”. *Catástrofe, memória e arte: 1755/Colóquio ACT 14*. Lisboa: Colibri/Centro de Estudos Comparatistas, 2006. 379-393.
- Serrão, J.V. *A historiografia portuguesa: doutrina e crítica*. Vol. III. Lisboa: Verbo, 1974.
- Sousa, A.C.S. *Historia genealogica da casa real portugueza*. Lisboa: Na Off. Sylviana, 1739-1748.
- Vasconcelos, I.P. *Artefactos symmetriacos, e geometricos, advertidos, e descobertos pela industriosa perfeição das artes*. Lisboa: Joseph Antonio da Sylva, 1733.
- . *Historia de Santarem edificada que dá noticia da sua fundação, e das couzas mais notáveis nella succedidas*. Lisboa: Congregação do Oratório, 1740.
- Vaz, F. (ed.). *Os livros e as bibliotecas no espólio de D. Frei Manuel do Cenáculo. Repertório de correspondência, róis de livro e doações a bibliotecas*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009.